



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 27/2010 -----

-----Aos três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

ORDEM DO DIA:-----

1 - ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA ADMISSÃO DE PESSOAL POR TEMPO INDETERMINADO-----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara apresentou à Câmara Municipal a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83 – A/2009, de 22 de Janeiro, não se encontram constituídas reservas de recrutamento neste município e não foi efectuada a consulta prévia à ECCRC, por ter sido temporariamente dispensada, uma vez que ainda não foi publicitado procedimento concursal para constituição das referidas reservas de recrutamento. -----

-----Em conformidade com o mapa de pessoal da autarquia, aprovado para o ano de 2010, verifica-se a necessidade de abrir procedimento concursal para a constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado com vista à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, necessários à satisfação de necessidades permanentes dos serviços e bem assim de uma relação jurídica de emprego público por tempo determinado com vista à ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado, devido ao aumento excepcional e temporário da actividade do serviço. -----

-----Os postos de trabalho em causa encontram-se previstos no Mapa de Pessoal para 2010 e há cabimento orçamental. -----

-----Considerando que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, compete ao órgão executivo deliberar sobre a abertura dos procedimentos concursais; -----

-----Propõe-se, assim, nos termos do n.º 1, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro e dos n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 12 – A/2008, de 27 de Fevereiro, que a câmara municipal delibere: -----

-----a) Aprovar, nos termos propostos, a abertura de procedimento concursal comum para constituição de relações jurídicas de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação dos seguintes postos de trabalho: -----

-----Referência A – 1 Técnico superior na área de Administração e Finanças;-----

-----Referência B - 1 Técnico superior na área de Arqueologia;-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**Referência C – 1 Técnico Superior na área de Arquitectura;** -----
-----**Referência D - 1 Técnico Superior na área de Engenharia Civil;** -----
-----**Referência E - 1 Assistente Técnico na área administrativa;** -----
-----**Referência F - 1 Assistente operacional na área de Mecânico;** -----
-----**Referência G – 1 Assistente operacional na área de auxiliar de acção educativa;** -----
-----**Referência H – 1 Assistente operacional na área de auxiliar técnico de museografia;** -----
-----**Referência I – 1 Assistente Operacional na área de coveiro;** -----
-----**Referência J - 1 Assistente operacional na área de mineiro;** -----
-----**Referência K – 1 Assistente Operacional na área de Fiel de Armazém;** -----
-----**Referência L - 1 assistente Operacional na área de Cozinheira;** -----
-----**Referência M - 1 Assistente Operacional na área de Auxiliar de Serviços Gerias;** -----
-----**Referência N - 1 Assistente operacional na área de cantoneiro de Vias;** -----
-----**b) Aprovar, nos termos propostos, a abertura de procedimento concursal comum para constituição de relações jurídicas de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, ao abrigo do disposto na alínea h), n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conforme o estabelecido no mapa de pessoal aprovado para ocupação do seguinte posto de trabalho:** -----
-----**Referência O – 1 Assistente técnico na área de Designer artes gráficas.** -----
-----**Remuneração:** Nos termos do artigo 55.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento dos trabalhadores recrutados irá ter lugar numa das posições remuneratórias da categoria, sendo objecto de negociação com esta entidade e irá ocorrer nas condições estabelecidas naquele diploma. -----
-----**Composição dos Júris:** -----
-----**Referência A:** Presidente - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo - Ana Raquel Leitão de Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior; 2.º Vogal efectivo - Ana Cristina de Oliveira Esteves, Técnica Superior; Vogais suplentes: 1.º Vogal suplente - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior; 2.º Vogal suplente - Ângela Maria Mendes Gonçalves Marques, Técnica Superior. -----
-----**Referência B:** Presidente - Prof. Luís Filipe Leitão Rodrigues Reis Torgal; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo - Dr. Luis Filipe Coutinho Lopes Gomes; 2.º Vogal efectivo - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais suplentes: 1.º Vogal suplente - Ana Raquel Leitão de Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior; 2.º Vogal suplente — Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior. -
-----**Referência C:** Presidente - Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos; -----
-----**Vogais efectivos:** 1.º Vogal efectivo - Lusitano Moreira Martins dos Santos; 2.º Vogal efectivo - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais suplentes: -----
-----1.º Vogal suplente - Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior. 2.º Vogal suplente - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior. -----
-----**Referência D:** Presidente - Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo - Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos; 2.º Vogal efectivo - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais suplentes: -----
-----1.º Vogal suplente - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior; 2.º Vogal suplente - Ana Raquel Leitão de Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior. --



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**Procedimento II** - recrutamento para a categoria/carreira de Assistente Técnico. -----

-----**Referência E:** Presidente — João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo — Ana Raquel Leitão de Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior; 2.º Vogal efectivo — Ana Cristina de Oliveira Esteves, Técnica Superior; Vogais suplentes: 1.º Vogal suplente — Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior; 2.º Vogal suplente — Ângela Maria Mendes Gonçalves Marques, Técnica Superior. -----

-----**Procedimento III** - recrutamento para a categoria/carreira de Assistente Operacional. -----

-----**Referência F:** Presidente — Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo - Rui Manuel Pereira Gonçalves, Encarregado Operacional; 2.º Vogal efectivo — João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais suplentes: 1.º Vogal suplente - Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos; 2.º **Vogal suplente - Fernando António Amaral Vicente, Técnico Superior.** -----

-----**Referência G:** Presidente - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo — Fernanda Santos Paulino, Técnica Superior; 2.º Vogal efectivo - Ana Cristina de Oliveira Esteves, Técnica Superior; Vogais suplentes: 1.º Vogal Suplente - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior; 2.º Vogal suplente - Ângela Maria Mendes Gonçalves Marques, Técnica Superior. -----

-----**Referência H:** Presidente - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo — Ângela Maria Mendes Gonçalves Marques, Técnica Superior; 2.º Vogal efectivo - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior; Vogais suplentes: 1.º Vogal Suplente - Ana Raquel Leitão de Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior; 2.º Vogal suplente - Ana Cristina de Oliveira Esteves, Técnica Superior. -----

-----**Referência I:** Presidente - Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo - António Paiva Mendes, Encarregado Operacional; 2.º Vogal efectivo - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais suplentes: 1.º Vogal Suplente - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior; 2.º Vogal Suplente - Ana Raquel Leitão de Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior. --

-----**Referência J:** Presidente: - Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior; Vogal Efectivo: 1.º Vogal Efectivo - António Paiva Mendes, Encarregado Operacional; 2.º Vogal Efectivo - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais suplentes: 1.º Vogal Suplente - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior; 2.º Vogal Suplente: - Ana Raquel Leitão de Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior. -

-----**Referência K:** Presidente - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo - Ana Raquel Leitão de Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior; 2.º Vogal efectivo - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior; Vogais suplentes: 1.º Vogal suplente - Ângela Maria Mendes Gonçalves Marques, Técnica Superior; 2.º Vogal suplente - Ana Cristina de Oliveira Esteves, Técnica Superior. -----

-----**Referência L:** Presidente - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo - Maria Soledade Anjos Guedes Abrantes Marques, Assistente Operacional; 2.º Vogal efectivo - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior; Vogais suplentes: 1.º Vogal suplente - Ângela Maria Mendes Gonçalves Marques, Técnica Superior; 2.º Vogal suplente - Ana Cristina de Oliveira Esteves, Técnica Superior. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**Referência M:** *Presidente - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo - Maria Soledade Anjos Guedes Abrantes Marques, Assistente Operacional; 2.º Vogal efectivo - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior; Vogais suplentes: 1.º Vogal suplente - Ângela Maria Mendes Gonçalves Marques, Técnica Superior; 2.º Vogal suplente - Ana Cristina de Oliveira Esteves, Técnica Superior.*-----

-----**Referência N:** *Presidente - Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo - António Paiva Mendes, Encarregado Operacional; 2.º Vogal efectivo - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais suplentes: 1.º Vogal suplente - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior; 2.º Vogal suplente - Ana Raquel Leitão de Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior.* --

-----**Referência O:** *Presidente - João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças; Vogais efectivos: 1.º Vogal efectivo - David Júlio da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, Técnico de informática, Grau 2; 2.º Vogal efectivo - Carlos Manuel Veloso de Brito, assistente técnico; Vogais suplentes: 1.º Vogal suplente - Ana Raquel Leitão de Monteiro Simão Oliveira Técnica Superior; 2.º Vogal suplente - Maria Carolina Amaral Antunes da Rocha Mota Mendes, Técnica Superior.*-----

-----**Métodos de selecção:**-----
-----*Atendendo ao carácter de urgência do presente procedimento concursal, fundamentado na necessidade de assegurar os recursos humanos indispensáveis à prossecução das actividades inerentes à caracterização dos postos de trabalho a ocupar, sob pena de se comprometer o decurso normal dos serviços, será aplicado como único método de selecção obrigatório, no procedimento concursal para a constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado a prova de conhecimentos (PC), previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 53º da LVCR e nos n.º 1 e 2 do artigo 6º da Portaria n.º 83 - A/2009, de 22 de Fevereiro, de acordo com a faculdade prevista no n.º 4 do artigo 53º da Lei n.º 12 - A/2008, de 27 de Fevereiro. Os métodos de selecção a utilizar serão:*-----

-----**i) Prova de conhecimentos escrita ou oral (método obrigatório);**-----

-----**ii) Entrevista Profissional de Selecção (método complementar).**-----

-----*No procedimento concursal para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado os métodos de selecção a utilizar, serão, nos termos dos artigos 11.º e 12.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de Janeiro, a Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).*-----

-----**Caracterização dos postos de trabalho:**-----

-----**Referência A** (Administração e Finanças): *Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 -A/2008, de 27/02, exerce funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; elabora, autonomamente ou em grupo, pareceres e projectos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividades de apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços; funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores, às quais correspondem o grau 3 de complexidade funcional.*-----

----- **Referência B** (Arqueologia) - *Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 - A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 3, gere, mantém e actualiza o inventário geo-referenciado do património histórico-cultural concelhio nas suas vertentes materiais e imateriais,*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

quer esteja localizado em meio rural ou urbano, integrando-o no sistema de informação dos bens culturais de Oliveira do Hospital; emite parecer nos processos respeitantes à gestão, valorização e salvaguarda do património arqueológico referenciado no PDM bem como articula a intervenção do Município com as entidades da tutela; emite parecer sobre os pedidos de informação prévia e nos processos de natureza pública ou privada sujeitas a licenciamento municipal que, segundo os parâmetros da legislação aplicável, impliquem transformação da topografia ou da paisagem, e que possam afectar contextos arqueológicos; assegura o acompanhamento arqueológico de obras em áreas de interesse histórico — cultural; procede à realização de intervenções arqueológicas (prospecções, sondagens e escavações), bem como o acompanhamento de trabalhos arqueológicos no concelho em articulação com as entidades oficiais com tutela nessa área; desenvolve acções de investigação, protecção, salvaguarda, divulgação e promoção do património histórico — cultural concelhio; procede às acções de sensibilização junto dos estabelecimentos de ensino concelhios, visando o estudo, preservação e divulgação do património arqueológico. -----

*-----**Referência C** (Arquitectura): Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 - A/2008, de 27/02, exerce com autonomia e responsabilidade funções de estudo, planeamento e concepção; elabora pareceres e projectos e aplica conhecimentos e métodos inerentes à sua qualificação profissional, correspondente ao grau de complexidade funcional 3, nomeadamente as seguintes actividades: elaboração de estudos com vista à aprovação e revisão de planos municipais de ordenamento do território; enquadramento legal e institucional das problemáticas inerentes ao ordenamento do território e planeamento urbano; elaboração de pareceres relativos a processos na área da respectiva especialidade, nomeadamente o planeamento urbanístico, bem como, sobre a qualidade e adequação de projectos para licenciamento de obras de construção civil e outras operações urbanísticas; atendimento e esclarecimento de munícipes.-----*

*-----**Referência D** (Engenharia Civil): Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 - A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 3, promove e acompanha as obras municipais de construção, beneficiação ou ampliação nos espaços, equipamentos e vias públicas que a Câmara delibere executar por empreitada e ou por administração directa; elabora projectos de redes prediais de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais domésticas; acompanha e fiscaliza empreitadas enquadradas em conhecimentos profissionais inerentes à licenciatura em engenharia civil; efectua o cálculo de revisões de preços e acompanhamento de prazos de execução; elaboração de estimativas de custos, orçamentos, planos de trabalho e especificações de obras; elabora cadernos de encargos, memórias descritivas e especificações para concursos públicos de projectos ou empreitadas; realiza vistorias técnicas, correspondente ao grau de complexidade 3. -----*

*-----**Procedimento II** — Recrutamento para a categoria/carreira de Assistente Técnico. -----*

*-----**Referência E** (Administrativo): Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 - A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 2, exerce funções de natureza executiva de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços, nomeadamente, gestão documental e organização de expediente, apoio na área de secretariado, gestão de assiduidade do pessoal, organização de arquivo e gestão administrativa dos processos de empreitadas, utilização de ferramentas informáticas na óptica do utilizador.-----*

*-----**Procedimento III** — Recrutamento para a categoria/carreira de Assistente operacional. ---*

*-----**Referência F** (Mecânico): Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 - A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 1, exerce funções de carácter manual ou mecânico; tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos serviços, podendo comportar esforço físico; zela pelos equipamentos sob a sua guarda e pela sua correcta utilização,*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

procedendo à manutenção e reparação dos mesmos, e outras funções inerentes à qualificação profissional, nomeadamente as seguintes actividades: detecta avarias mecânicas; repara, afina, monta e desmonta os órgãos de viaturas ligeiras e pesadas, bem como outros equipamentos motorizados ou não; executa trabalhos de mecânica geral; afina, ensaia e conduz, em situação de teste, as viaturas reparadas; faz a manutenção e controlo de máquinas e motores.-----

*-----**Referência G** (auxiliar de acção educativa): Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 -A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 1, participa com os docentes no acompanhamento das crianças e dos jovens, com vista a assegurar um bom ambiente educativo; exerce tarefas de atendimento e encaminhamento de utilizadores da escola e controla as entradas e saídas da escola; providencia a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didáctico, informático e de comunicação necessário ao desenvolvimento do processo educativo; exerce tarefas de apoio aos serviços de acção social escolar; presta apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanha a criança ou o aluno a unidades de prestação de cuidados de saúde; estabelece ligações telefónicas e presta informações; recebe e transmite mensagens; reproduz documentos com utilização de equipamento próprio, assegurando a limpeza e manutenção do mesmo, efectuando pequenas reparações ou comunicando as avarias verificadas; efectua, no interior e exterior, tarefas indispensáveis ao funcionamento dos serviços; assegura o controlo de gestão dos materiais necessários ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino.-----*

*-----**Referência H** (Auxiliar Técnico de Museografia): Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 -A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 1, efectua trabalhos auxiliares no tratamento e conservação de processos e livros e no arquivo dos mesmos; vigia os processos, faz o controle da entrega dos livros e processos; é responsável pela limpeza e boa conservação dos mesmos.-----*

*-----**Referência I** (Coveiro): Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 -A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 1, procede à abertura e aterro de sepulturas, ao depósito e ao levantamento dos restos mortais; cuida do sector do cemitério que lhe está distribuído.-----*

*-----**Referência J** (Mineiro): Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 -A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 1, procede à definição dos locais de possível exploração com base nos conhecimentos existentes sobre as linhas de água; efectua a abertura de poços e minas e seu revestimento, executando pequenas barragens no seu interior; assegura a montagem das tubagens de adução dos poços e minas executados; providencia a limpeza dos poços e minas, realizando reparações várias para a manutenção das boas condições de abastecimento.-----*

*-----**Referência K** (Fiel de armazém): Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 -A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 1, recebe, armazena e fornece, contra requisição, matérias-primas, ferramentas, acessórios, materiais diversos e vestuário de trabalho e segurança; procede ao registo de entradas e saídas de materiais em fichas específicas, bem como com recurso aos meios informáticos específicos disponíveis, adaptados à gestão dos stocks; efectua requisições provisórias por meios informáticos, a pedido dos diferentes sectores, procedendo à ligação com o sector de aprovisionamento; determina os saldos, procede ao seu registo e informação dos responsáveis, no sentido de garantir a continuidade dos serviços dependentes; zela pelas boas condições de armazenamento de materiais, ferramentas e equipamentos, garantindo o seu bom estado e limpeza.-----*

*-----**Referência L** (Cozinheiro): Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 -A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 1, organiza e coordena os trabalhos na cozinha, refeitório ou bufete, tarefas estas cometidas ao cozinheiro principal quando exista; confecciona e serve as refeições e outros alimentos; presta as informações necessárias para a aquisição de*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

géneros e controla os bens consumidos diariamente; assegura a limpeza e arrumação das instalações, equipamentos e utensílios de cozinha, refeitório e bufete, bem como a sua conservação.

-----**Referência M** (Auxiliar de Serviços Gerais): *Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 -A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 1, assegura a limpeza e manutenção dos espaços públicos do Município de Oliveira do Hospital, nomeadamente, a higiene e limpeza dos balneários e ou outras instalações; assegura a montagem, desmontagem, arrumação e limpeza de equipamentos, apoio ao utente, abertura/fecho das instalações e outras tarefas simples não especificadas, de carácter manual exigindo -se principalmente esforço físico e conhecimentos práticos, apoia a segurança dos utentes e executa todas as demais funções inerentes à categoria profissional quando designadas superiormente.* -----

-----**Referência N** (Cantoneiro de Vias): *Para além do conteúdo funcional do anexo à Lei n.º 12 -A/2008, de 27/02, grau de complexidade funcional 1, vigia, conserva e limpa um determinado troço da estrada, comunicando aluimentos de via, executando pequenas reparações e desimpedindo acessos; limpa valetas; compõe bermas e desobstrui aquedutos, de modo a manter em boas condições o escoamento das águas pluviais; compõe pavimentos, efectuando reparações de calçatamento, apiloamento de pedra mole ou derrame de massas betuminosas; executa cortes em árvores existentes nas bermas da estrada.* -----

-----**Referência O:** (Assistente técnico na área de Designer artes gráficas): *Desenvolve funções de natureza executiva de aplicação técnica com base no conhecimento ou adaptação de métodos e processos, enquadrados em directrizes bem definidas; recolhe e trata informação de natureza diversa necessária à actividade de serviço; executa trabalhos de apoio técnico na área das artes gráficas, a partir de orientações e instruções precisas; elabora mapas, gráficos ou quadros, no âmbito da actividade de serviço; participa na organização de exposições e apoia na elaboração de suportes e arranjos decorativos; colabora na elaboração e ilustração de publicações e documentos de carácter informativo, nomeadamente livros, cartazes e brochuras; efectua trabalhos no âmbito da execução de boletins bibliográficos e outras publicações; apoia a construção de materiais pedagógicos e colabora no arranjo gráfico de folhetos ou livros; zela pela conservação de equipamentos e materiais utilizados no desenvolvimento das actividades de serviço.* -----

-----**Fundamentação:** *O presente recrutamento é de manifesto interesse público, sendo indispensável para assegurar o normal funcionamento dos serviços do município. Actualmente as áreas para as quais se propõe a abertura de procedimento concursal estão a ser asseguradas por pessoal contratado a termo certo, por tempo determinado, tendo alguns contratos já cessado no ano em curso e outros cessarão em 2011. Em virtude do disposto no artigo 93º. conjugado com o artigo 96º. do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a cessação dos contratos de trabalho a termo e a sua não substituição por contrato por tempo indeterminado “impede nova admissão a termo para o mesmo posto de trabalho antes de decorrido um período de tempo equivalente a um terço da duração do contrato”, normativos cuja aplicação implicaria o encerramento de diversos serviços do município e a impossibilidade de garantir serviços mínimos estritamente necessários para o dia a dia das populações.* -----

-----*Urge, assim, assegurar que as funções correspondentes aos postos de trabalho em questão sejam asseguradas por pessoal vinculado por contrato de trabalho por tempo indeterminado. Só assim se assegurará a realização das actividades inerentes à caracterização dos postos de trabalho a ocupar, sob pena de não se garantirem as condições de estabilidade necessárias ao normal funcionamento dos serviços. O recurso a pessoal em situação de mobilidade ou de pessoal com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, só pode ser levada a cabo através de procedimento concursal comum.* -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Relativamente à proposta de contratação por tempo determinado de um assistente técnico na área de designer de artes gráficas a mesma fundamenta-se na necessidade de contratar um técnico naquela área que não existe entre os recursos humanos do município e que tem assumido uma importância crescente nos últimos tempos, de modo a poder prestar, temporariamente, apoio especializado aos serviços. -----

-----No que respeita à evolução dos recursos humanos no ano de 2010 e até à presente data cessaram o vínculo com o município 14 trabalhadores com contrato de trabalho a termo certo (12 assistentes operacionais: 6 cantoneiros de vias, 1 leitor-cobrador, 1 auxiliar administrativo, 3 auxiliares de acção educativa, 1 motorista de pesados - que por lapso não constou da informação anterior sobre a matéria - e ainda 2 assistentes técnicos). Em 2 de Novembro de 2010 cessarão o vínculo com o Município mais 2 trabalhadores contratados a termo – 1 técnico superior (Higiene e Segurança no Trabalho) e um assistente operacional (auxiliar de acção educativa). Foram celebrados 11 contratos por tempo indeterminado (11 assistentes operacionais: 6 cantoneiros de vias, 1 leitor-cobrador, 1 auxiliar administrativo e 3 auxiliares de acção educativa). 1 trabalhador contratado por tempo indeterminado (assistente operacional, cantoneiro de vias) terminou a vigência do contrato devido a insucesso no período experimental. Aposentou-se um assistente operacional, cantoneiro de limpeza. As 11 contratações por tempo indeterminado foram feitas, na sequência de procedimento concursal, de entre os trabalhadores que cessaram os contratos de trabalho a termo com o município. Nestes números não estão contabilizados os professores das Actividades de Enriquecimento Curricular contratados ao abrigo do protocolo de transferência de competências. -----

-----c) **Determinar em cumprimento do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho e do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/ 2008, de 27 de Fevereiro, e no que concerne à referência A, que o âmbito do recrutamento se faz de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nos termos previstos no artigo 6.º, n.º 4 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.**-----

-----d) **Determinar em cumprimento do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho e do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/ 2008, de 27 de Fevereiro, que o recrutamento, no que concerne às restantes Referências B a O, deverá iniciar-se entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou que se encontre em situação de mobilidade especial.**-----

-----e) **Autorizar, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho e do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12 – A/2008, de 27 de Fevereiro, que, verificando-se a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho nos termos da alínea anterior, poderão ser recrutados trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável previamente estabelecida.**-----

-----f) **Determinar aos Serviços da Secção de Pessoal, do Município de Oliveira do Hospital, a adopção dos legais procedimentos e actos administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta.**-----

-----Sobre o assunto, interveio o Vereador Mário Alves que referiu discordar da abertura de um lugar para Técnico Superior de Administração e Finanças, por considerar que a Câmara Municipal não tem necessidade de mais um Técnico Superior nesta área, sublinhando que “outros técnicos superiores em exercício na autarquia poderão ser aproveitados nesta área”. Referiu igualmente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

discordar da abertura de procedimento concursal para um Técnico Superior de Arqueologia, por considerar que a Câmara Municipal não tem serviço que o justifique, declarando votar contra a abertura do mesmo. Mais referiu que na sua opinião deveria era abrir-se concurso para um(a) licenciado(a) em História. Lembrou no entanto que já no anterior mandato havia manifestado a sua discordância relativamente a esta matéria pelo que “não ficaria bem de consciência se no passado recente tivesse tomado uma posição contra e agora estivesse a votar a favor da abertura de um procedimento concursal por tempo indeterminado para um Arqueólogo”. Quanto à proposta de abertura de procedimento concursal para um Assistente Técnico, disse continuar a não entender o porquê, até porque considera que a Câmara Municipal tem funcionários a mais nesta área, nomeadamente no seu interior. -----

-----O Presidente da Câmara depois de questionado pelo Vereador Paulo Rocha teceu algumas considerações relativamente à ocupação de lugares em alguns Postos de Internet no concelho, ao que o Vereador Mário Alves defendeu a necessidade de ser dada formação aos funcionários que prestam serviço naqueles postos de internet para que possam dar respostas a questões e matérias urgentes aos munícipes, nomeadamente os mais idosos, evitando assim que estes tenham que se deslocar à Câmara Municipal para o fazer. -----

-----O Presidente da Câmara referiu no entanto que de momento deve é tentar-se reorganizar os serviços do município e tentar reaproveitar determinadas pessoas que estejam colocadas em serviços onde não sejam necessárias e deslocá-las para outros serviços onde efectivamente sejam necessárias. -----

-----O Vereador Paulo Rocha disse assim que seria uma forma de, a médio prazo, a Câmara Municipal ter alguns serviços disponibilizados às populações através dos espaços de internet. -----

-----Ainda sobre a proposta apresentada, interveio o Vereador José Carlos Mendes que referiu reconhecer o quanto é difícil ter que prescindir de pessoas que têm exercido funções na Câmara Municipal, e que, face à actual situação do país terão muitas dificuldades em se integrar no mercado de trabalho numa outra empresa ou numa outra instituição. Referiu no entanto que todos conhecem a situação actual do país, lembrando que um dos maiores problemas da função pública é os custos fixos, nomeadamente com pessoal pelo facto de elevarem o orçamento para valores muito altos. Registou igualmente o facto de uma das maiores intenções ao nível das restrições apresentadas pelo Governo se verificar ao nível da contratação e admissão de pessoal, sublinhando que as autarquias terão que ter algum cuidado a este nível, pois caso contrário verão o seu orçamento na sua grande parte direccionado para os vencimentos do pessoal. No que diz respeito à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital disse concordar que numa primeira fase se requalifiquem os serviços direccionando pessoas que estejam em excesso em determinados serviços para outros em que se registre a sua falta. Salientou contudo a necessidade de se ter em conta os custos que a admissão de pessoal comporta à autarquia, pois caso contrário poderá estar a hipotecar-se o futuro da autarquia. Relativamente ao subaproveitamento dos Postos de Internet existentes no concelho referiu que “todos sabemos que tendo em conta a evolução que tem existido neste campo, esses espaços, se numa determinada altura tiveram a sua razão de ser, neste momento, e principalmente em zonas relativamente pequenas não têm razão de ser face à evolução das tecnologias que fazem com que os mais jovens e menos jovens tenham acesso à internet nas suas casas”. Entende assim que os funcionários das Juntas de Freguesia é que devem ser aproveitados para prestar apoio ao cidadão relativamente a questões que tenham a ver com a Câmara Municipal, sublinhando que é necessário ter bom senso ao reorganizar os serviços da autarquia, mesmo que para isso tenha que se prescindir de alguns funcionários. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “a intervenção do Vereador José Carlos Mendes levamos a questionar se efectivamente o mais importante é a função social que a autarquia deve ter num



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

concelho na preservação de postos de trabalho”, afirmando que “se a autarquia tiver que abdicar de fazer uma grande obra para não ter no concelho pessoas a passar por dificuldades, deve abdicar da obra e criar condições para que as pessoas não passem por dificuldades” Entende assim que o mais importante é ter um concelho onde as pessoas não passem “fome” ou dificuldades acrescidas. Afirmou igualmente que “nessa perspectiva, se o Sr. Presidente da Câmara amanhã nos disser que tem determinada obra para fazer e que tem 100 pessoas a passar por dificuldades, eu dir-lhe-ei “então não faça a obra, vamos “dar de comer a quem tem fome” e vamos criar condições mínimas de vida, a essas pessoas”. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador José Carlos Mendes disse entender que “não se faz apoio social dando emprego a toda a gente, o apoio social é feito de outra forma e não se restringe àquelas pessoas que têm relação com a Câmara Municipal, pelo contrário, deve abranger toda a população do concelho de Oliveira do Hospital, nomeadamente aqueles que tem essa necessidade. Eu acho que sim, a Câmara Municipal, juntamente com as entidades vocacionadas para o efeito, deve ter programas de apoio adequados para poder responder minimamente a essas questões”. Lembrou no entanto que “também não disse aqui que a Câmara Municipal deveria mandar para o desemprego as pessoas que estão a trabalhar na autarquia, mas sim que deveria haver algum cuidado na abertura de vagas para admissão de mais pessoal”. Prosseguiu referindo que concorda inteiramente que a nível de acção social se tenha em conta o momento que o país está a passar e se criem condições para que não haja fome no concelho de Oliveira do Hospital. Acredita no entanto que também não é a dar emprego que se vai resolver a situação se a entidade empregadora não necessitar desses funcionários. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo, tomando uso da palavra, lembrou que, de momento e felizmente, não há situações dramáticas no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----O Vereador Mário Alves esclareceu que na sua intervenção também não disse que se deveria dar emprego a toda a gente, sublinhando que “se houve alguém que foi restritivo em relação à admissão de pessoal, fui eu, precisamente para não criar problemas”. Disse ainda que “se eu na altura fizesse o que outros Presidentes de Câmara fizeram, o senhor, hoje, não estaria aqui a apresentar esta proposta, pois teria gente a mais”. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo mais referiu que “felizmente, até ao momento, não há nenhuma situação de drama identificado no concelho. O Gabinete de Acção Social está a reforçar as ajudas provenientes do Banco de Recursos Sociais, designadamente no caso de carência alimentar”. Reconhecendo que a situação poderá vir a alterar-se no futuro, garantiu que os Serviços de Acção Social do concelho estão atentos a todas as situações. -----

-----O Presidente da Câmara disse considerar que o mais importante é tentar que a massa salarial da Câmara Municipal não aumente. -----

-----Submetido o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a maioria das propostas apresentadas, à excepção da proposta de abertura de procedimento concursal comum para constituição de relações jurídicas de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um lugar de Técnico Superior na área de Administração e Finanças, que foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes, Telma Martinho e Paulo Rocha, e a abstenção do Vereador Mário Alves, e da proposta de abertura de procedimento concursal comum para constituição de relações jurídicas de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um lugar de Técnico Superior na área de Arqueologia, a qual foi aprovada, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Carlos Mendes e Telma Martinho, um voto contra do Vereador Mário Alves e a abstenção do Vereador Paulo Rocha. -----

2 - PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL -----

-----2.1 - PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE 2 POSTOS DE TRABALHO PARA A CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, DA CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO -----

D.A.G.F./DOC.1

-----O Presidente da Câmara apresentou à Câmara Municipal as seguintes propostas, que se transcrevem na íntegra: -----

-----PRIMEIRA PROPOSTA: -----

----- - “Considerando que: -----

----- 1- A lista de ordenação final do procedimento em epígrafe, por mim homologada, contém um número de candidatos aprovado superior ao dos postos de trabalho a ocupar, constituindo-se assim, nos termos do nº. 1 do artº. 40º. da Portaria nº. 83-A/2009, de 22 de Janeiro, numa reserva de recrutamento interna; -----

-----2- Isabel Maria de São José Miguel dos Santos, contratada a termo certo com o município até 2 de Novembro de 2010, ocupa o quinto lugar naquela lista tendo sido já contratadas as três primeiras classificadas e proposta a contratação da quarta (a apreciar pela Câmara conjuntamente com a presente na sua próxima reunião); -----

-----3- Há cabimento orçamental e vaga no mapa de pessoal do município, conforme informação prestada pelo serviços; -----

----- 4- O presente recrutamento é de manifesto interesse público, sendo indispensável para assegurar o funcionamento do Jardim de Infância de Oliveira do Hospital e restante rede de educação pré-escolar do município que urge dotar de recursos humanos adequados e bem assim conferir estabilidade ao posto de trabalho a ocupar uma vez que nos encontramos na presença de actividades de natureza permanente e que, na sua maioria têm sido asseguradas por trabalhadores com contrato por tempo determinado, cujo termo ocorre durante os anos de 2010 e 2011; -----

-----5- Em virtude do disposto no artigo 93º. conjugado com o artigo 96º. do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a cessação dos contratos de trabalho a termo e a sua não substituição por contrato por tempo indeterminado “impede nova admissão a termo para o mesmo posto de trabalho antes de decorrido um período de tempo equivalente a um terço da duração do contrato”, normativos cuja aplicação implicaria o encerramento de diversos serviços do município e a impossibilidade de garantir serviços mínimos estritamente necessários para o dia a dia das populações; -----

-----6- Se trata de pessoal destinado ao exercício de actividades advenientes da transferência de competências do Ministério da Educação (Educação Pré-escolar); -----

-----7- O posicionamento remuneratório proposto foi aceite pela candidata; -----

-----Propõe-se assim, nos termos da informação mencionada no ponto três, anexa, que a Câmara Municipal delibere autorizar: -----

1- A CONTRATAÇÃO, para prestar TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, no mapa de pessoal do município de Oliveira do Hospital, da seguinte candidata pela ordem referida naquela lista:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

NOME

CATEGORIA

Isabel Maria de São José Miguel dos Santos

Assistente operacional (auxiliar de
acção educativa)

a) POSIÇÃO NÍVEL
2 2

-----a) Da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, no valor actual de € 532,08.-----

-----2- Que o (s) contrato (s) em causa tenha início em 3 de Novembro de 2010 e dure por tempo indeterminado.-----

-----3- De harmonia com o disposto no art.º 73.º do RCTFP aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 1 de Setembro que o júri responsável pelo acompanhamento e avaliação do período experimental seja o mesmo por mim designado como júri do procedimento concursal.”-----

-----SEGUNDA PROPOSTA: -----

----- “Considerando que: -----

-----1- A lista de ordenação final do procedimento em epígrafe, por mim homologada, contém um número de candidatos aprovado superior ao dos postos de trabalho a ocupar, constituindo-se assim, nos termos do n.º 1 do art.º 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, numa reserva de recrutamento interna; -----

-----2- Paula Alexandra Coelho dos Santos, contratada a termo certo com o município até 15 de Setembro de 2011, ocupa o quarto lugar naquela lista tendo sido já contratadas as três primeiras classificadas; -----

-----3- Há cabimento orçamental e vaga no mapa de pessoal do município, conforme informação prestada pelo serviços; -----

----- 4- O presente recrutamento é de manifesto interesse público, sendo indispensável para assegurar o funcionamento do Jardim de Infância de Lagares da Beira e restante rede de educação pré-escolar do município que urge dotar de recursos humanos adequados e bem assim conferir estabilidade ao posto de trabalho a ocupar uma vez que nos encontramos na presença de actividades de natureza permanente e que, na sua maioria têm sido asseguradas por trabalhadores com contrato por tempo determinado, cujo termo ocorre durante os anos de 2010 e 2011; -----

-----5- Em virtude do disposto no artigo 93.º conjugado com o artigo 96.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a cessação dos contratos de trabalho a termo e a sua não substituição por contrato por tempo indeterminado “impede nova admissão a termo para o mesmo posto de trabalho antes de decorrido um período de tempo equivalente a um terço da duração do contrato”, normativos cuja aplicação implicaria o encerramento de diversos serviços do município e a impossibilidade de garantir serviços mínimos estritamente necessários para o dia a dia das populações;-----

-----6- Se trata de pessoal destinado ao exercício de actividades advenientes da transferência de competências do Ministério da Educação (Educação Pré-escolar);-----

-----7- O posicionamento remuneratório proposto foi aceite pela candidata;-----

-----Propõe-se assim, nos termos da informação mencionada no ponto três, anexa, que a Câmara Municipal delibere autorizar: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

1- A CONTRATAÇÃO, para prestar TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, no mapa de pessoal do município de Oliveira do Hospital, da seguinte candidata pela ordem referida naquela lista:

NOME

CATEGORIA

**Paula Alexandra Coelho dos Santos Assistente operacional (auxiliar de
acção educativa)**

a) POSIÇÃO NÍVEL
2 2

-----a) Da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, no valor actual de € 532,08. -----

-----2- Que o (s) contrato (s) em causa tenha início em 3 de Novembro de 2010 e dure por tempo indeterminado.-----

-----3- De harmonia com o disposto no art.º 73.º do RCTFP aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 1 de Setembro que o júri responsável pelo acompanhamento e avaliação do período experimental seja o mesmo por mim designado como júri do procedimento concursal.” -----

-----Posto à votação o assunto, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, autorizar a contratação para prestar Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, no mapa de pessoal do município de Oliveira do Hospital, das candidatas Isabel Maria de São José Miguel dos Santos - Assistente operacional (auxiliar de acção educativa) e Paula Alexandra Coelho dos Santos - Assistente operacional (auxiliar de acção educativa) nos termos da informação do Director de Departamento de Administração Geral e Finanças, datada de 2 de Novembro de 2010, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta (DOC.1). -----

3 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

D.A.G.F./DOC.2

-----Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta relativa à Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Oliveira do Hospital, que a seguir se transcreve: -----

----- ***“1 — Proposta para o Modelo de Organização Interna do Município de Oliveira do Hospital:-----***

-----A estrutura e o funcionamento dos serviços do Município de Oliveira do Hospital regem-se nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, pelos princípios da unidade e eficácia da acção, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afectação de recursos públicos, da melhoria qualitativa e quantitativa do serviço prestado e da garantia da participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais, aplicáveis à actividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Face ao novo normativo legal, bem como à actual conjuntura procedeu-se a alguns ajustamentos na estrutura dos serviços municipais de forma a majorar a sua eficiência e eficácia, permitindo uma interligação mais eficaz entre as diversas unidades orgânicas. Por outro lado, existiu a preocupação de permitir que a estrutura proposta disponha de uma lógica de actuação transversal a todas as unidades orgânicas, tendo em atenção as inúmeras competências e atribuições de que os Municípios estão investidos, na certeza de que o constante reforço do princípio de descentralização administrativa induz a que não se opte por um modelo organizacional assente numa departamentalização excessiva. Foi, igualmente, tido em conta o alinhamento da estrutura à estratégia da organização.-----

-----No seguimento destes princípios, propõe-se que a organização interna dos serviços municipais do Município de Oliveira do Hospital obedeça, de acordo com o previsto nas alíneas a) e b) do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, ao seguinte modelo estrutural misto:-----

-----1 - Estrutura Hierarquizada, aplicada às funções de suporte e organização dos serviços municipais e às funções de natureza operativa, para as áreas de actividade que não sejam desenvolvidas no âmbito de projectos transversais por equipas multidisciplinares. A estrutura hierarquizada é constituída por:-----

----- Unidades Nucleares, sob a forma de departamentos municipais;-----

----- Unidades Flexíveis, sob a forma de divisões municipais ou unidades;-----

----- Subunidades Orgânicas.-----

-----2 - Estrutura Matricial para áreas desenvolvidas no âmbito de projectos transversais, que enquadra essencialmente núcleos de competências nas áreas do planeamento, monitorização e avaliação no âmbito da estratégia municipal, sustentabilidade financeira, prospecção e gestão de fundos e financiamentos externos e concepção, gestão e controlo de parcerias. A estrutura matricial é constituída por:-----

----- Equipas Multidisciplinares.-----

-----2 — **Proposta da estrutura nuclear e definição das unidades orgânicas nucleares:**-----

----- Face ao modelo de estrutura proposto, e na observância do disposto do n.º 2, do artigo 10.º e da alínea b), do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a estrutura nuclear será composta por 2 (dois) departamentos municipais.-----

-----A definição das unidades nucleares, suas atribuições e competências constam no Modelo de organização interna, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direcção intermédia de 3.º grau, o qual a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a aprovação.-----

-----3 — **Proposta do n.º máximo de unidades orgânicas flexíveis:**-----

-----Face ao disposto na alínea c), do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a definição do número máximo de 7 (sete) unidades orgânicas flexíveis, sendo:-----

-----2 (duas) unidades orgânicas flexíveis asseguradas por cargos dirigentes com a qualificação de cargos de direcção intermédia de 2.º grau, com a designação de Chefe de Divisão:-----

-----5 (cinco) unidades orgânicas flexíveis asseguradas por cargos dirigentes com a qualificação de cargos de direcção intermédia de 3.º grau.-----

-----Face ao disposto, a Câmara Municipal propõe também à Assembleia Municipal, a aprovação das disposições relativas a cargos de direcção intermédia de 3.º grau.-----

-----4 — **Proposta do n.º máximo de subunidades orgânicas:**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Face ao disposto na alínea d), do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a definição do número máximo de 2 (duas) subunidades orgânicas. -----

-----**5 — Proposta do n.º máximo de equipas multidisciplinares e estatuto remuneratório dos chefes de equipa:** -----

-----Face ao disposto na alínea e), do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a definição do número máximo de 1 (uma) equipa multidisciplinar. -----

-----Por força do n.º 2, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro o estatuto remuneratório dos chefes de equipa é definido por equiparação ao estatuto remuneratório dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, Chefes de Divisão.” -----

-----Passou-se à análise do documento acima referido, tendo a mesma gerado larga troca de impressões por parte dos senhores vereadores. -----

-----Sobre o assunto o Vereador José Carlos Mendes questionou o Presidente da Câmara sobre se “esta organização implica a contratação de pessoas que não estejam já na Câmara Municipal”. -----

-----O Presidente da Câmara, conjuntamente com o Director de Departamento de Administração Geral e Finanças esclareceram que “a aprovação da estrutura não obriga ao preenchimento imediato de todos os lugares que a compõem”, referiram no entanto, no que diz respeito ao pessoal dirigente, que a abertura de procedimentos concursais pode levar ao seu preenchimento por trabalhadores que não pertençam à Câmara Municipal, nos termos legais”. -----

-----O Vereador Mário Alves interveio referindo que, na sua opinião, sete unidades, são demais para uma Câmara como a de Oliveira do Hospital, defendendo o agrupamento de serviços. Disse ainda que quem elaborou o documento em apreço não tem a visão, nem da funcionalidade, nem da economicidade, que deve ter uma autarquia da dimensão da de Oliveira do Hospital. Entende ainda que as equipas multidisciplinares previstas no documento, só servirão para criar despesa à autarquia. -----

-----O Presidente da Câmara explicou tratar-se de um documento que foi elaborado com base na opinião dos responsáveis pelos diversos serviços da autarquia, prevendo desde já uma perspectiva de modernidade em relação aos serviços administrativos da Câmara Municipal, incluindo a criação do Balcão Único. -----

-----A pedido do Presidente da Câmara esteve ainda presente a Drª Elisabete, representante da empresa SMARTVISION, responsável pela elaboração do documento em análise. -----

-----O Vereador Mário Alves dirigindo-se à Dra. Elisabete disse entender que “a dimensão desta autarquia não é compatível com tantas unidades”. Disse igualmente entender que “unidades significam criação de despesa, significam dispersão dos recursos humanos, ao contrário da fusão das unidades, e portanto, significa ainda a criação de “quintas específicas” para determinadas pessoas que gostam de exercer os pequenos poderes intermédios e muitas vezes criar problemas a quem tem a última palavra em termos de decisão a proferir, neste caso, o Presidente da Câmara”. Prosseguiu referindo que, na sua opinião, e nomeadamente ao nível das obras e serviços municipais, tendo em atenção a dimensão da autarquia, não se justifica que haja três unidades, quando deveria haver apenas duas unidades, ou seja, uma unidade de infraestruturas municipais e uma unidade técnica de obras públicas municipais. Entende assim que estes serviços deveriam estar agrupados numa só unidade. -----

-----No seguimento da intervenção do Vereador Mário Alves, a Drª Elisabete prestou alguns esclarecimentos acerca da criação/segregação de unidades, nomeadamente no âmbito das obras municipais, justificando a criação da unidade técnica de obras públicas municipais na gestão da concepção e do acompanhamento das empreitadas, por se tratar de uma área muito complicada. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador José Carlos Mendes verificou o facto de este documento registar um acréscimo de custos que, na sua opinião, é muito significativo para uma autarquia como a de Oliveira do Hospital. Disse ainda entender que “não podemos alargar demasiado a estrutura de maneira a criar custos fixos significativos”. -----

-----Atento ao esclarecimento prestado pela Dra. Elisabete, e finda a sua intervenção, o Presidente da Câmara agradeceu a sua disponibilidade dizendo-lhe que poderia ausentar-se da sala de reunião. -----

-----Pelo Presidente da Câmara foi ainda dito que a presente proposta foi elaborada com base na audição de um conjunto de funcionários, sendo que os responsáveis pelo Departamento dos Serviços Técnicos - Obras Públicas/Municipais entenderam que a separação destas unidades seria positiva. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu entender que a separação destas unidades é considerada como positiva e interessante face ao mau relacionamento e incapacidade de gestão existente naquele sector, razão pela qual compreende que as pessoas se sintam frustradas no exercício das suas funções. Considera no entanto que essas pessoas devem é ser obrigadas a ter essas competências. Situação, que como referiu, poderá ser ultrapassada através de uma Ordem de Serviço emitida pelo Sr. Presidente da Câmara definindo responsáveis e coordenadores para cada sector. Entende assim que desta forma não seria necessário criar mais unidades e consequentemente mais despesas. -----

-----O Presidente da Câmara percebendo que a opinião da maioria dos presentes vai no sentido de eliminar a dita unidade técnica de obras públicas municipais, colocou à votação o assunto, eliminando-a, atribuindo àquela divisão a designação de “Divisão de Gestão de Infraestruturas e Obras Públicas Municipais”. -----

-----Assim, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Oliveira do Hospital, com alteração no número de unidades que a compõem, de sete para seis unidades, conforme documentos, que se anexam, e que ficam a fazer parte integrante desta acta, e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artº 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, por força do disposto na alínea a) do nº 6 do artº 64º, conjugado com o disposto na alínea n) do nº 2 do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. -----

4 - EMPREITADA DE "EXECUÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - INFRAESTRUTURAS - FASE I" – ADJUDICAÇÃO-----

D.A.G.F./DOC.3

-----Presente o Relatório de Análise de Propostas do Júri designado para o procedimento em epígrafe, documento, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, tendo a Câmara Municipal nos termos do disposto no nº 4 do artigo 148º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos deliberado, por unanimidade, concordar com o mesmo e adjudicar a empreitada de "EXECUÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - INFRAESTRUTURAS - FASE I", à firma Empreigalde – Construção Civil e Obras Públicas, Lda., pelo valor da sua proposta de 449.084,47 € (Quatrocentos e quarenta e nove mil, oitenta e quatro euros e quarenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

5 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE LAGARES DA BEIRA-----

D.A.G.F.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta: -----

-----“Considerando que a Câmara Municipal deliberou, em reunião de 14 de Junho de 2005, atribuir à Associação Desportiva de Lagares da Beira um subsídio de € 25.000,00 (Vinte e cinco mil euros) a título de comparticipação nos custos resultantes do alargamento do respectivo campo de futebol e construção de bancadas; -----

-----Considerando que os terrenos onde o mesmo se encontra implantado pertencem à Associação de Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, não tendo sido possível, até à presente data, estabelecer um acordo entre as duas Associações, situação que agora se encontra resolvida, **proponho que a Câmara Municipal delibere**, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 64.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, **atribuir à Associação Desportiva de Lagares da Beira um subsídio de € 30.000,00 (Trintamil euros)** destinado à aquisição do terreno onde se encontra instalado o seu campo de futebol à referida Associação de Bombeiros, proprietária do mesmo. Proponho igualmente que seja **revogada a referida deliberação de 14 de Junho de 2005 sobre a matéria**”. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

-----Mais foi deliberado informar a Associação Desportiva de Lagares da Beira de que a Escritura de Compra e Venda do terreno em causa deverá conter uma cláusula que determine que, em caso de extinção daquela Associação, o terreno reverterá a favor, ou da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, ou da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, conforme sugestão apresentada pelo Vereador Mário Alves. -----

6 - ABERTURA DE CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO (ENSINO SUPERIOR) -----

D.A.G.F.

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara deliberou, por unanimidade e nos termos do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo – Ensino Superior, em vigor, abrir concurso para apresentação de candidaturas para atribuição de bolsas de estudo por parte do Município de Oliveira do Hospital a estudantes no concelho que frequentem estabelecimentos de ensino superior público, particular ou cooperativo, devidamente homologados pelo Ministério da Tutela.-----

-----Foi igualmente deliberado que o referido concurso estará aberto pelo período compreendido entre 10 e 30 de Novembro de 2010, e nomear para Júri do mesmo os Vereadores Paulo Rocha, Telma Martinho, e Maria da Graça Silva.-----

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 3 de Novembro de 2010 -----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DE 3
DE NOVEMBRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**